



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO N º..... , DE 2016

(Da Sra. Luciana Santos)

Requer a realização de audiência pública para discutir, âmbito desta comissão, para discutir a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com o Ministério das Comunicações - MC proposta pelo Governo interino de Michel Temer.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art.117, inciso VIII, combinado com Art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, após ouvido o Plenário desta Comissão, realização de audiência pública para discutir a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI com o Ministério das Comunicações – MC proposta pelo Governo interino de Michel Temer. Essa audiência tem como propósito ouvir a manifestação da comunidade científica, das universidades, das fundações estaduais de pesquisa. Para tanto, convido os seguintes representantes:

1. Professora Helena Nader – Presidente da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;
2. Sr. Luiz Davidovich – Presidente da ABC – Academia Brasileira de Ciência;
3. Sr. Sérgio Luiz Gargioni – Presidente do CONFAP – Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa;
4. Professor Sérgio Machado Rezende – Professor titular no Departamento de Física da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE;
5. Reitora Maria Lucia Cavalli Neder (UFMT) – Presidente da ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.



JUSTIFICATIVA

Entidades brasileiras envolvidas com a Ciência, Tecnologia e Inovação enviaram manifesto ao presidente interino Michel Temer manifestando a posição contrária da comunidade científica com a fusão entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério das Comunicações.

O manifesto afirma que a decisão é uma medida artificial que prejudicaria o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País. Ainda de acordo com o texto, é grande a diferença de procedimentos, objetivos e missões desses dois ministérios. A agenda do MCTI é baseada em critérios de mérito científico e tecnológico, os programas são formatados e avaliados por comissões técnicas que têm a participação da comunidade científica e também da comunidade empresarial envolvida em atividades Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Essa sistemática é bem diferente da adotada pelo Ministério das Comunicações, que envolve relações políticas e práticas de gestão distantes da vida cotidiana do MCTI.

Ainda segundo o manifesto a junção dessas atividades díspares em um único Ministério enfraqueceria o setor de ciência, tecnologia e inovação, que, em outros países, ganha importância em uma economia mundial crescentemente baseada no conhecimento e é considerado o motor do desenvolvimento.

A inauguração do MCTI significou a materialização de mais que um sonho daqueles que acreditavam que a ciência e tecnologia eram os únicos instrumentos de desenvolvimento nacional. Expressou também a concretização da ciência e tecnologia brasileira de forma organizada, e simbolizou o árduo trabalho de muitos cientistas e políticos para estruturar o ministério.

Sob a liderança do MCTI, o Brasil despertou e se mobilizou para a construção de um marco legal condizente com as aspirações de nossas instituições de pesquisa e empresas que trabalham pela geração de inovações tecnológicas e pelo aumento da competitividade da economia brasileira. Foi assim que nasceram a Lei de Inovação (2004), a Lei do Bem (2005), a Lei de Acesso à Biodiversidade (2015) e o Novo Marco Legal da CT&I (2016).

Foi também a partir da existência do MCTI que o Brasil conseguiu fazer florescer um sistema de ciência, tecnologia e inovação de abrangência nacional. Hoje, todos os Estados da Federação contam com sua secretaria de ciência e tecnologia e com sua fundação de amparo à pesquisa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Da mesma forma que as entidades de CT&I, docentes e pesquisadores das maiores universidades brasileiras também tem-se posicionado contra esta fusão. Segundo os Mestres e Doutores o Brasil levou 31 anos para estruturar um Ministério que mudou a cara do País. Foi só após este período que o sistema de pesquisa foi estruturado. O salto qualitativo alcançado na pesquisa básica e na pesquisa aplicada em áreas estratégicas foi substancial.

Diante do exposto considero oportuna a realização de uma audiência pública, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para tratar da fusão do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) com o Ministério das Comunicações (MC) o que ao nosso entender representa um retrocesso para a CT&I. Nesse sentido solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da comissão, de de 2016.

Deputada **LUCIANA SANTOS**

PCdoB-PE